

Reunião Informal de Ministros da Competitividade (PME e Indústria)

Lisboa, 20 e 21 Julho 2007

Nota da Presidência Resultado dos Trabalhos

Nos dias 20 e 21 de Julho de 2007, os Ministros da UE responsáveis pela Competitividade, os Ministros convidados da Islândia e Liechtenstein e o Vice-Presidente da Comissão, Gunter Verheugen reuniram-se em Lisboa sob a Presidência do Ministro da Economia e Inovação de Portugal, Manuel Pinho.

Esta reunião informal foi dedicada à política de PME's e à política industrial, temas de grande importância para a competitividade das empresas europeias, no contexto do aprofundamento da Agenda de Lisboa.

No jantar debate do dia 20, teve lugar uma reflexão em torno do tema "O crescimento da UE: cíclico ou estrutural?", com base na apresentação do orador convidado, Professor Francesco Giavazzi, do MIT e Universidade Bocconi.

Do debate conclui-se que a recente performance do crescimento económico da UE, relativamente aos EUA, é o resultado, em certa medida, de alterações estruturais, com um impulso decisivo dado pela Agenda de Lisboa, que importa continuar a consolidar no horizonte de 2008-2010.

A política de PME foi o tema da primeira sessão, na tarde de 20 de Julho.

Este debate realizou-se no contexto da revisão intercalar da Política de PME, anunciada pela Comissão. A discussão teve como suporte o documento preparado pela Presidência Portuguesa, com particular incidência em quatro pontos principais:

- Inovação no Financiamento;
- Melhor Regulamentação;
- Internacionalização;
- Eficiência Energética.

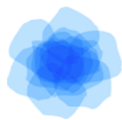
O exemplo de quatro *case-studies* de empresas de excelência constituiu um testemunho de possíveis vias para reforçar a competitividade das PME no mercado global.

A reflexão incidiu nos aspectos mais relevantes da política de PME, identificados no documento da Presidência no sentido de libertar o potencial das empresas para o crescimento e o emprego, inspirada no princípio do "Think Small First".

A Inovação no Financiamento, a Internacionalização e a Melhor Regulamentação foram identificados como elementos chave para a competitividade das PME. Os Ministros e o Vice-Presidente Verheugen concordaram ser necessário aprofundar os instrumentos colocados à disposição das PME, no sentido de libertar o seu potencial de inovação, crescimento e internacionalização no mercado mundial e de adaptação às crescentes exigências nos domínios energéticos e ambientais.

Em particular, a inventariação e troca de melhores práticas no domínio do financiamento das PME constitui um instrumento de grande utilidade para uma vigorosa política destinada a estas empresas.





Registou-se um consenso alargado sobre o papel do Conselho Competitividade na monitorização dos desenvolvimentos da política de PME. O Vice-Presidente da Comissão convidou o Conselho a avaliar os efeitos de outras políticas na competitividade das PME.

A Presidência sublinhou a relevância desta discussão para a preparação, pela Comissão, da revisão intercalar da política de PME e terá em consideração os resultados deste debate no projecto de conclusões a apresentar ao Conselho Competitividade.

A política industrial foi o tema da segunda sessão, no dia 21 de Julho.

No contexto da revisão intercalar da Política Industrial enunciada na Comunicação da Comissão, de Julho de 2007, o debate centrou-se nos aspectos da sustentabilidade, tal como proposto no documento apresentado pela Presidência Portuguesa.

As alterações climáticas e a dependência energética exigem respostas ao nível da exploração das oportunidades tecnológicas que lhes estão associadas. Ao mesmo tempo, implicam alterações nos padrões de produção e de consumo e uma redefinição das bases competitivas da indústria europeia

Para ilustrar este enquadramento estratégico, os Ministros contaram com a apresentação de um estudo da McKinsey sobre as indústrias de base florestal, uma fileira que defronta múltiplos desafios, incluindo o acesso às matérias primas. Para responder a estes desafios, a UE e os Estados Membros deverão assegurar uma abordagem integrada entre as políticas industrial, ambiental, energética, agrícola e comercial.

Os Ministros trocaram pontos de vista sobre os três pilares fundamentais da sustentabilidade da política industrial:

- acelerar a inovação e a criação de mercados piloto;
- explorar todo o potencial do mercado interno europeu para a criação de mercados para produtos, serviços e tecnologias ambientalmente sustentáveis;
- explorar as vantagens de “*first mover*”, para exportar o know-how da UE na economia de baixo teor de carbono para mercados externos.

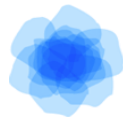
Discutiram alguns instrumentos facilitadores e possíveis passos rumo à transição para uma indústria de baixo teor de carbono, tornando a Europa num *frontrunner* nos mercados globais.

Os Ministros concordaram que a promoção de mercados piloto de produtos e serviços de baixo teor de carbono energeticamente eficientes, constituem uma importante via para alavancar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e aguardam os resultados dos trabalhos da Comissão nesta matéria.

As delegações consideraram que a utilização da política de produto constitui um importante contributo para a competitividade e sustentabilidade das empresas. Neste âmbito, as prioridades situam-se ao nível da utilização dos mercados públicos, nomeadamente em favor das PME e da promoção do eco-design, da normalização, da etiquetagem e da melhor regulamentação no âmbito das regras ambientais. .

Reconhecendo, ainda, que a estratégia para a sustentabilidade da indústria europeia necessita de ser apoiada por instrumentos da política externa da UE, as delegações debateram o contributo dos acordos sectoriais multilaterais e bilaterais para a criação de mercados de exportação para produtos, tecnologias e serviços de ponta, ambientalmente sustentáveis. Foi considerado pela maioria das delegações que tais acordos constituem um instrumento fundamental na facilitação às empresas das vantagens de “*first-mover*” na competição global.





PORTUGAL 2007

As delegações concordaram com um Plano de Acção que integre os instrumentos apropriados à criação de condições para a promoção da sustentabilidade e competitividade das empresas europeias, e articulado com outras iniciativas comunitárias, nomeadamente as que respeitam às PME.

A Presidência acolhe esta proposta e encoraja a Comissão a apresentá-la ao Conselho com a brevidade possível.

A Presidência reflectirá os resultados deste debate no projecto de conclusões a apresentar ao Conselho Competitividade.

